

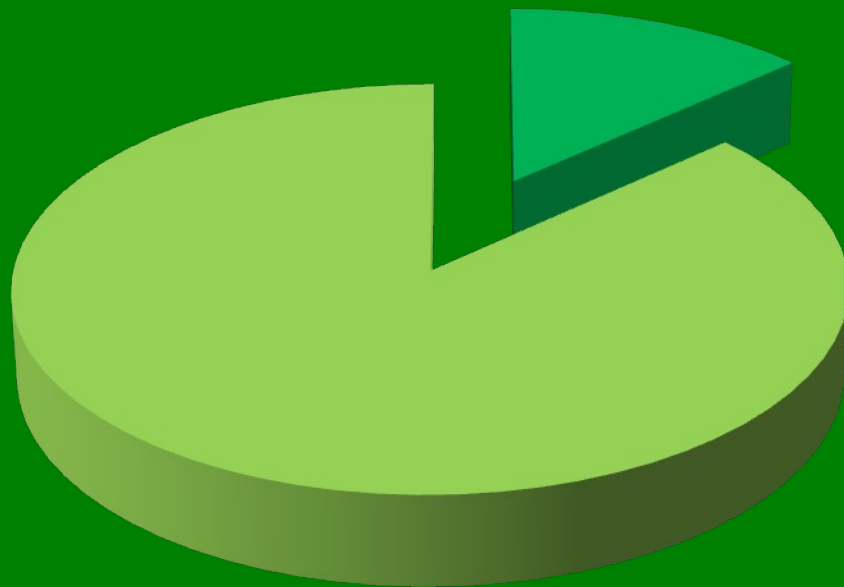
Terra Legal

Regularização Fundiária
Acelerada na Amazônia Legal

Intervenção fundiária na Amazônia Legal

- Em cinco anos (2003 a 2008), o Estado Brasileiro realizou na Amazônia Legal a maior intervenção fundiária já realizada no País.
- Foram destinados 81 milhões de hectares para assentamentos, áreas de conservação, terras indígenas e governos estaduais. Isto corresponde a quase 10% do território brasileiro.
- Hoje o Incra ainda detém 67 milhões de hectares a serem destinados.

Situação Fundiária Amazônia Legal



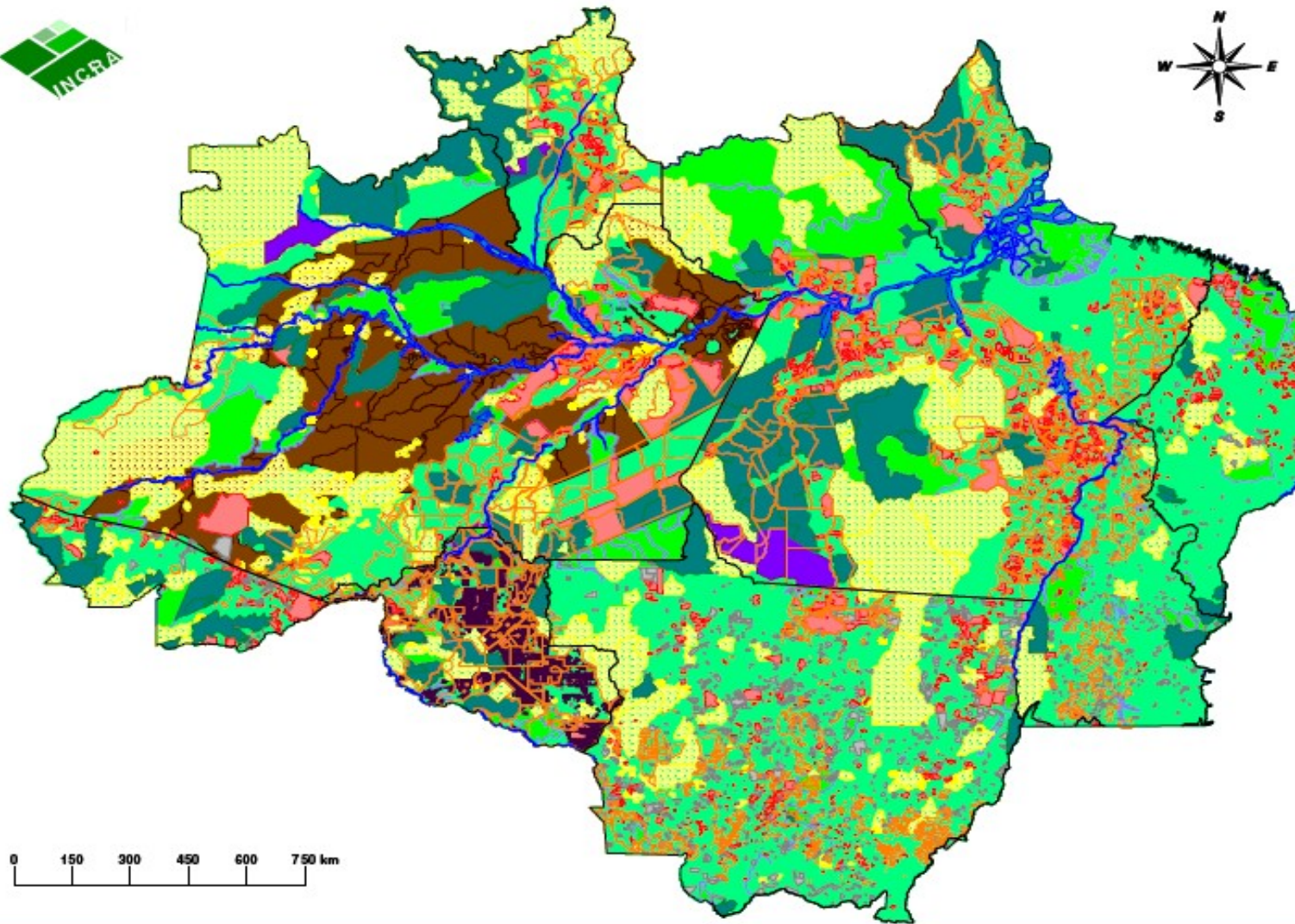
- Áreas da União a serem destinadas 67 milhões
- Demais áreas 435 milhões

AMAZÔNIA LEGAL

DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS

ESTRATIFICAÇÃO DE ÁREAS NA AMAZÔNIA LEGAL

Especificação	Áreas (hectares)
Áreas Arrecadadas da União	67,4 milhões
Terras Indígenas	120,1 milhões
Assentamentos	38,3 milhões
Unidades de Conservação Federal	65,9 milhões
Unidades de Conservação Estadual	57,1 milhões
Áreas Arrecadadas do ITEAM	49,4 milhões
Imóveis (certificados e títulos Rondônia)	15,1 milhões
Estado Maior das Forças Armadas	7 milhões
Outras Ocupações	81,9 milhões
Total	502,2 milhões



	HIDROGRAFIA AMAZÔNIA LEGAL		Área militar Amazônia Legal
	DIVISA ESTADUAL		ASSENTAMENTOS AMAZÔNIA LEGAL
	GLEBAS ARRECADADAS		TERRA INDÍGENA
	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAL		UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAL
	LOTES RONDÔNIA		ARRECADADA_ITEMAM
	Imóveis certificados Amazônia Legal		AMAZ_LEGAL

Dificuldades para a regularização fundiária massiva na Amazônia Legal

- O atual marco legal torna lento e oneroso o processo de regularização fundiária.
- Isto se dá entre outros motivos por:
 - Necessidade de vistoria no imóvel a ser regularizado;
 - Necessidade de certificação da gleba (e, portanto, dos remanescentes) da qual o imóvel será destacado;
 - Obrigação de georreferenciamento com precisão de 50 cm da posse a ser regularizada;
 - Processo administrativo para verificação dos requisitos da legitimação de posse;

Estratégia para a regularização fundiária massiva na Amazônia Legal

- Mudança no marco legal, tornando mais expedita a titulação até 4 módulos fiscais (gratuito até 100 há e valor histórico de 101 há a 4 módulos fiscais);
- Trabalho em parceria com os Órgãos de Terra dos Estados e com os municípios no cadastramento e georreferenciamento das posses;
- Ação de equipes integradas com base municipal;
- Subcontratação do georreferenciamento;
- Rito expresso de 60 dias para a titulação até 4 MF
- Planejamento para execução da regularização fundiária de toda a Amazônia Legal em 3 anos.

Público Alvo do Programa

Estados	Municípios	Posses (de 0 a 15 MF)
AC	9	13.370
AP	15	13.598
AM	37	58.541
MA	28	8.757
MT	106	25.512
PA	86	89.786
RO	51	43.741
RR	15	28.306
TO	89	15.250
Total Amazônia Legal	436	296.859

Posses de 0 a 15 Módulos Fiscais

Estados	Municípios	Total Posses	0 a 4 MF	4 a 15 MF	Equipes	Vitorias 2009	Vitorias 2010	Vitorias 2011
AC	9	13.370	13.342	28	1	28	0	0
AP	15	13.599	12.613	986	4	400	586	0
AM	37	58.541	57.347	1.194	4	400	794	0
MA	28	8.758	8.454	304	1	104	200	0
MT	106	25.512	23.566	1.946	5	500	1.000	446
PA	86	89.785	84.819	4.966	12	1.200	2.400	1.366
RO	51	43.740	42.070	1.670	5	500	1.000	170
RR	15	28.305	26.763	1.542	5	542	1.000	0
TO	89	15.249	14.667	582	2	200	382	0
9	436	296.859	283.641	13.218	39	3.874	7.362	1.982

Ciclo de regularização

6 municípios:
1 equipe de cadastro
1 equipe de geo
1 equipe de fiscalização

Geo das posses
30 dias

Equipe de Cadastro
15 dias

Município
1

Município
6

Município
2

Equipe de Cadastro
15 dias

Geo das posses
30 dias

Geo das posses
30 dias

Equipe de Cadastro
15 dias

Município
5

Município
3

Equipe de Cadastro
15 dias

Geo das posses
30 dias

Geo das posses
30 dias

Equipe de Cadastro
15 dias

Município
4

Equipe de Cadastro
15 dias

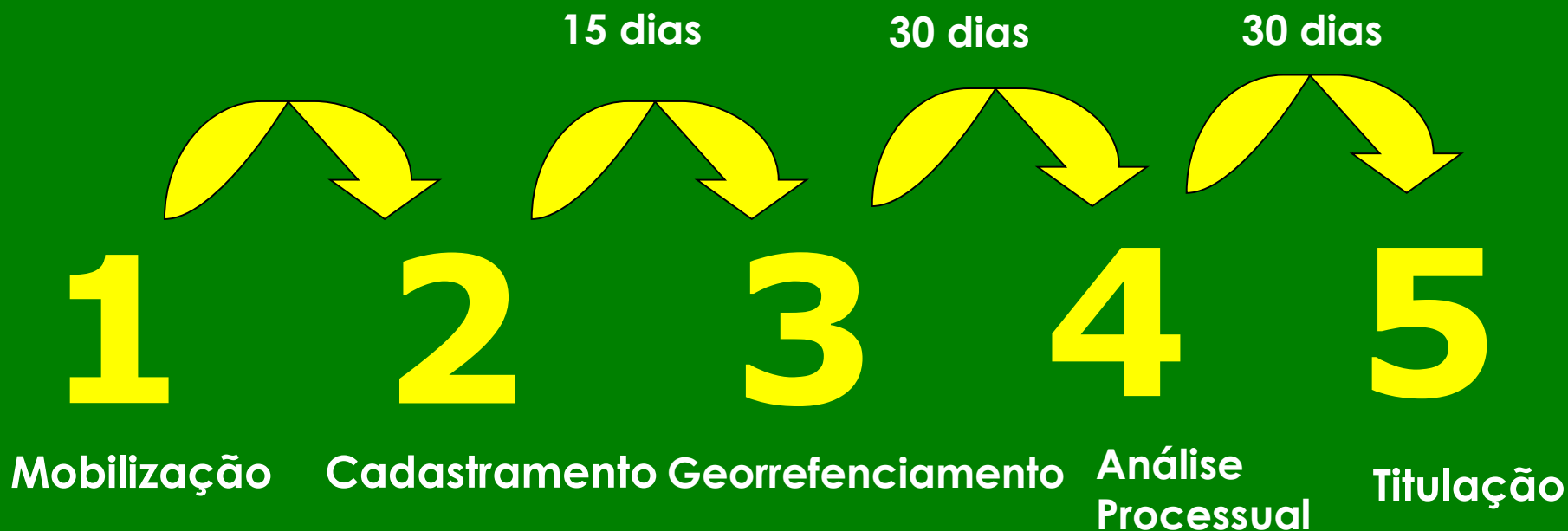
Geo das posses
30 dias

Rotas de Regularização



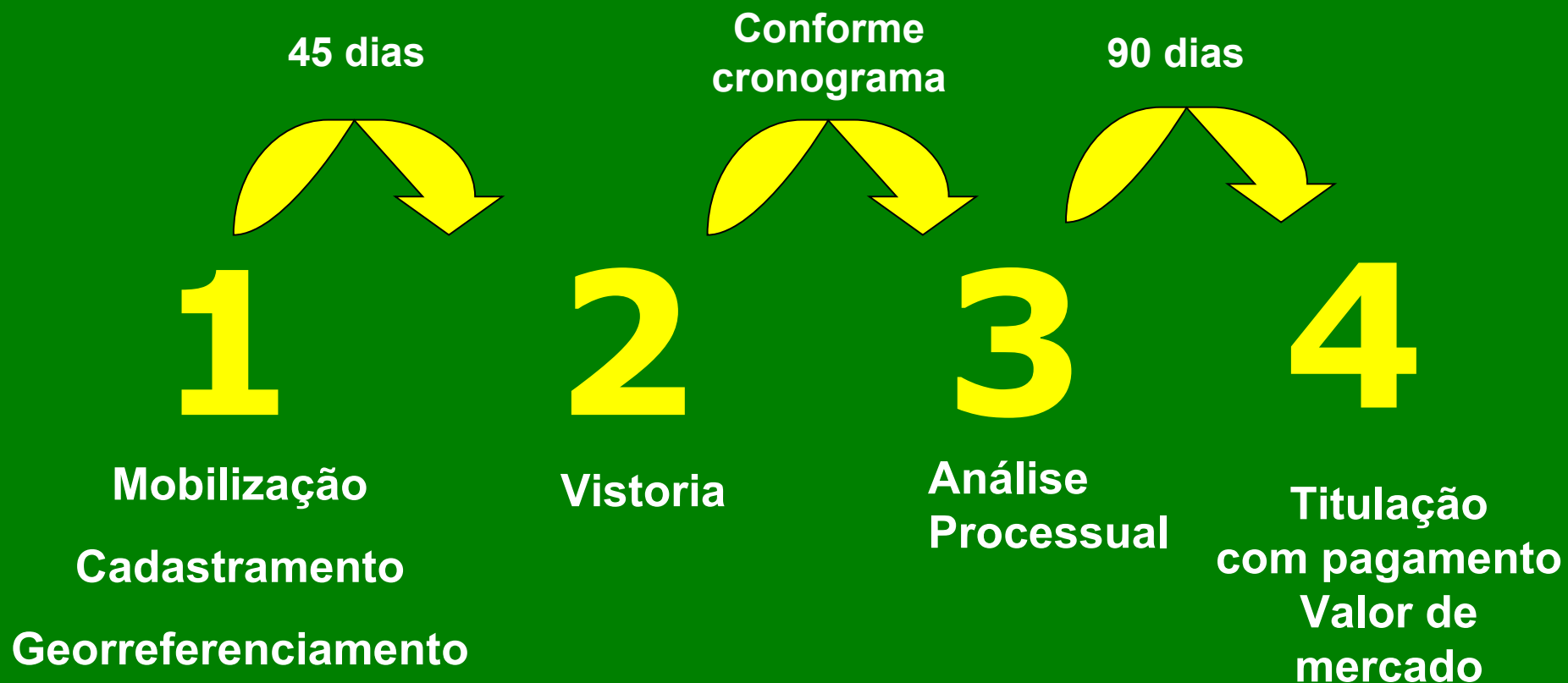
Rota 1: Posses até 4 Módulos Fiscais

Ciclo de regularização simplificada



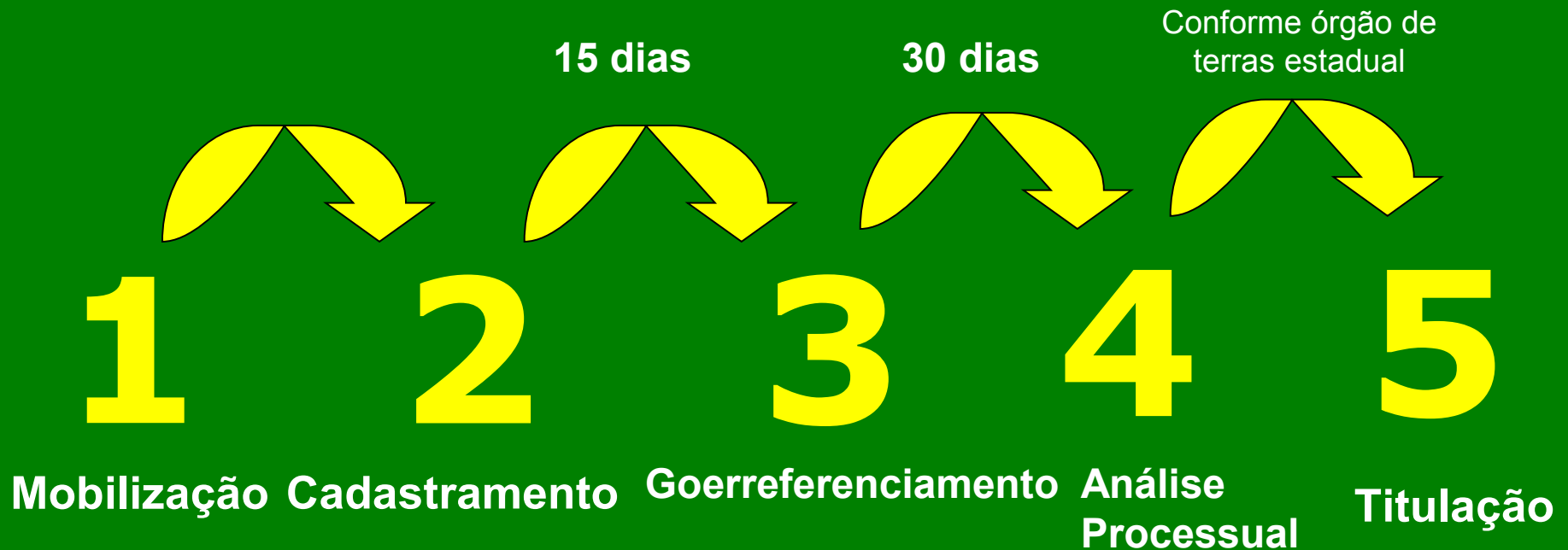
Rota 2: Posses de 4 a 15

Módulos Fiscais



Rota 3: Posses em áreas públicas estaduais

Ciclo de regularização simplificada



Fase 1: Mobilização

- Publicação de edital convocando os posseiros à regularização;
- Ampla campanha de divulgação convocando os posseiros a comparecer em local e data definidos para dar início à sua regularização;
- Audiência pública municipal esclarecendo os termos e método do processo de regularização;
- Capacitação dos entes locais (prefeitura e sindicato dos trabalhadores rural) para o trabalho de cadastramento;
- Campanha de documentação;

Fase 2: Cadastro (15 dias)

- Constituição de equipe integrada de cadastramento fundiário no município por 15 dias;
- Participação do INCRA, Órgão de terra estadual e prefeitura municipal;
- Preenchimento de cadastro simplificado contendo:
 - Dados pessoais (CPF e RG), acompanhados de cópia da documentação;
 - Tamanho e localização do imóvel;
 - Tempo de ocupação;
 - Atividade econômica desenvolvida no imóvel;
 - Declaração de não existência de conflito com lindeiros;
 - Fotografia do requerente (feita no ato do cadastramento);

Fase 3: Georreferenciamento (30 dias)

- Registro de preço de empresas prestadoras para georreferenciar a totalidade das posses cadastradas em cada município;
- Serão constituídos lotes de seis municípios, tendo a empresa o prazo de 30 dias por município para concluir o trabalho de campo, devendo retornar aos municípios após seis meses para segundo turno de regularização.
- A empresa deverá colher as coordenadas do imóvel, fotografar a habitação do ocupante e fixar marco físico no imóvel;
- Não será permitida o georreferenciamento contendo sobreposição de coordenadas de posses colhidas pela empresa;

QUADRO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE GEOMENSURA BRASIL – CREDENCIADOS PELO INCRA

PROFISSIONAIS CREDENCIADOS PELO INCRA		
ESTADO	Total Cred.	% Tot
Acre	14	0,29%
Amapá	14	0,29%
Alagoas	12	0,25%
Amazonas	18	0,37%
Bahia	189	3,92%
Ceará	33	0,68%
Distrito Federal	87	1,81%
Espírito Santo	83	1,72%
Goiás	406	8,43%
Maranhão	46	0,95%
Minas Gerais	588	12,20%
Mato Grosso do Sul	198	4,11%
Mato Grosso	368	7,64%
Pará	157	3,26%
Paraíba	10	0,21%
Pernambuco	53	1,10%
Piauí	68	1,41%
Paraná	383	7,95%
Rio de Janeiro	68	1,41%
Rio Grande do Norte	18	0,37%
Rondônia	36	0,75%
Roraima	36	0,75%
Rio Grande do Sul	373	7,74%
Santa Catarina	204	4,23%
Sergipe	9	0,19%
São Paulo	1219	25,30%
Tocantins	128	2,66%
TOTAL	4818	100,00%

Listagem atualizada em 25/07/08



CONSIDERAÇÕES SOBRE O SERVIÇO DE GEOMENSURA

- A contratação dos serviços de georreferenciamento se dará por meio de pessoa jurídica (empresas);
- Nestes casos basta um responsável técnico credenciado pelo INCRA que supervisione o conjunto das ações;
- Além dos profissionais credenciados existem muitos outros não mapeados pelo INCRA, dotados de plena capacitação, que podem ser contratados pelas empresas.

Fase 4: Instrução Processual (Rota 1 -30 dias, Rota 2 – 90 dias)

- Análise dos dados cadastrais e sua compatibilidade com a legitimação de posse;
- Análise das peças técnicas colhidas em campo;
- Aferição da não sobreposição da posse com áreas destinadas (áreas indígenas, unidades de conservação, assentamentos, etc.);

Emissão de Título da Propriedade

- **Rota 1:** Em **60 dias**, a contar do preenchimento do cadastro o posseiro legalmente apto terá seu título emitido pelo INCRA.
- **Rota 2:** Obedecerá o cronograma de cada estado, considerando o número de vistorias que serão feitas por ano.
- **Rota 3:** No caso das posses se situarem em área estadual, obedecerão à cronograma próprio a ser acordado com o respectivo órgão de terra;

EQUIPES REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE 0 A 15 MÓDULOS FISCAIS**Cadastro****2009**

44	Equipes	132	Nível Médio	44	Nível Superior
----	---------	-----	-------------	----	----------------

2010

30	Equipes	90	Nível Médio	30	Nível Superior
----	---------	----	-------------	----	----------------

2011

0	Equipes	0	Nível Médio	0	Nível Superior
---	---------	---	-------------	---	----------------

74		222		74	
-----------	--	------------	--	-----------	--

Georreferenciamento Fiscalização (parceria com órgãos estaduais de terra)**2009**

44	Equipes	44	Nível Médio	44	Nível Superior
----	---------	----	-------------	----	----------------

2010

30	Equipes	30	Nível Médio	30	Nível Superior
----	---------	----	-------------	----	----------------

2011

0	Equipes	0	Nível Médio	0	Nível Superior
---	---------	---	-------------	---	----------------

74		74		74	
-----------	--	-----------	--	-----------	--

Vistoria**2009**

39	Equipes	39	Nível Médio	39	Nível Superior
----	---------	----	-------------	----	----------------

2010

38	Equipes	38	Nível Médio	38	Nível Superior
----	---------	----	-------------	----	----------------

2011

11	Equipes	11	Nível Médio	11	Nível Superior
----	---------	----	-------------	----	----------------

88		88		88	
-----------	--	-----------	--	-----------	--

Total Geral

127	Equipes	215	Nível Médio	127	Nível Superior
------------	----------------	------------	--------------------	------------	-----------------------

Articulação Institucional

- Articulação institucional envolvendo o INCRA, órgãos de terra estaduais, prefeituras, poder judiciário e sociedade civil;
- Constituição de um comitê de gerenciamento da regularização fundiária na Amazônia legal, envolvendo Governo Federal e órgãos de terra estaduais;
- Constituição de foruns de gestão estadual da regularização fundiária;
- Reunião trimestral do Comitê e fóruns para avaliação e prestação de contas do andamento dos trabalhos;

Interface Com Outros Ministérios

- Áreas destinadas - Unidades de Conservação e Terras Indígenas:
 - O INCRA se propõe a georreferenciar os perímetros das glebas destinadas;
 - **Forma:** por meio de seu edital de registro de preços e mediante destaque orçamentário dos órgãos responsáveis para a Autarquia;
 - Os posseiros cadastrados pelo INCRA e identificados nestas áreas poderão compor o banco de dados da situação ocupacional das áreas destinadas.

Léguas Patrimoniais

- Áreas de Expansão Urbana consolidada:
 - Destinação, via doação, até o limite constitucional (2.500 ha);
 - Simplificação dos Procedimentos.

Mudanças legais

- Lei nº 4.504/64;
- Lei nº 5.709/71;
- Lei nº 5.868/72;
- Lei nº 5.954/73;
- Lei nº 6.015/73;
- Lei nº 74.965/74;
- Lei nº 6.383/76;
- Lei nº 6.634/79;
- Lei 10.267/01;
- Decreto nº 4.449/02;
- Decreto nº 5.570/05;

Valor histórico X custos

Preço Histórico	
posse	100
preço do há mercado	135
desconto ancianidade	0,1
desconto ambiental	0,5
desconto escola	0,5
preço efetivamente pago há	3,375
preço total pago em dez anos	337,5

Custo da Regularização	
Geo da posse	780
Diárias de vistoria	207,9
Combustível	60
equipamento (depreciação anual)	300
Custo total	1.347,90

Prazos e força de trabalho com as regras atuais

- Mantidas as normativas atuais seriam necessários:
 - 40 anos de trabalho, mantidas as 39 equipes de vistoria propostas; ou
 - 1.484 equipes de vistoria para realizar o trabalho nos dois anos propostos

Custos e Quantitativos

VALORES TOTAIS				
Descrição	Valor Total	2009	2010	2011
Geo Perímetro	157.703.012,35	92.584.519,02	65.118.493,33	0
Equipe de Cadastro	5.967.988,80	4.019.452,80	1.948.536,00	0
Fiscalização	12.930.007,14	8.753.323,57	4.176.683,57	0
Georreferenciamento das Posses	89.057.700,00	52.953.227,03	36.104.472,97	0
Vistoria	6.935.260,80	4.375.939,20	2.016.451,80	542.869,80
Sub total	272.593.969,09	162.686.461,62	109.364.637,67	542.869,80
Acréscimo 10 % custos operacionais	27.259.396,91	16.268.646,16	10.936.463,77	54.286,98
Total Geral	299.853.365,99	178.955.107,78	120.301.101,43	597.156,78
ORÇAMENTO PLOA 2009		162.652.209,00		
Destinados para Amazônia Legal		130.000.000,00		
Recursos Necessários		48.955.107,78		

Quadro Resumo

- Com as mudanças das normativas legais e a operacionalização proposta podemos:
- Em dois anos regularizar todas as posses até 4 módulos fiscais(283.641 posses);
- Em três anos regularizar todas as posses de 4 a 15 módulos fiscais (13.218 posses);
- Georreferenciar as glebas federais;
- Sem necessidade novos funcionários;
- Com suplementação de R\$ 49 milhões